

João Carlos Firmino Andrade de Carvalho

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Estudos Linguísticos e Literários,
Universidade do Algarve

Persuasão e modos de representação na Literatura de Viagens

É bem conhecido que aquilo que podemos considerar como *corpus* da chamada Literatura de Viagens é algo de *vasto e heteróclito* e até, ocasionalmente, surge ambigualmente confundido com o *tema da viagem na literatura* (e, se bem que, por vezes, as fronteiras possam ser ténues, são coisas muito distintas). No âmbito de tal heterogeneidade textual, há que considerar desde textos declaradamente não-literários até textos explicitamente literários, passando por aqueles que, não tendo sido produzidos como literários, podem vir a ser como tal considerados (exemplo: a *Carta do Achamento do Brasil* de Caminha) ou aqueles que não fazendo parte do cânone se apresentam como pioneiros de novos caminhos da *literariedade* (daremos um exemplo mais adiante). Não vamos aqui retomar o estafado assunto da variabilidade histórica do conceito de *Literatura*, conceito apenas pertinente a partir do século XVIII, pois o conceito anterior que nos interessa é, como é sabido, o de Poética. E já que falaremos de *persuasão*, importa reconhecer que tal conceito é central, quer na Poética quer na Retórica.

Consideraremos aqui exemplos que dizem respeito ao período clássico da literatura portuguesa, dando sobretudo destaque à época dos Descobrimentos. Assim sendo, uma primeira constatação importa sublinhar. Quando comparamos a Literatura de Viagens da Época dos Descobrimentos Portugueses com a Literatura de Viagens de outros países europeus, nomeadamente a francesa, da mesma época, podemos afirmar que, de uma forma geral, os textos portugueses revelam uma maior tendência para um certo realismo (mais ou menos ingénuo), ou seja, uma acentuada atenção ao real e à sua apreensão pelo olhar do viajante, bem como um preocupado testemunho de verdade experiencial,

enquanto, no caso francês, assistimos a uma quase despidorada presença da imaginação criativa ou, então, a uma muito menor atenção dada ao real circundante. E mesmo quando é manifesta essa atenção, ela serve mais interesses próprios variados (visão do mundo; interesses geopolíticos; interesses religiosos; etc.) do que uma genuína atenção e adesão à Diferença do Novo Real (que assim aparece, frequentemente, como que *em segunda mão*, *em diferido*, baseado no *lido* em fontes bibliográficas acreditadas). Claro que há exceções, mas este contraste é pertinente.¹ Também podia ser dito ao contrário: são muito mais raros os casos de textos de viagens de dominante pendor imaginativo entre nós do que no contexto francês, na era de quinhentos. Não temos, entre nós, um François Rabelais (1494-1553) ou um Michel de Montaigne (1533-1592). E já agora, mudando de referência espaço-temporal: também não tivemos um Dante Alighieri (1265-1321).

Isto prende-se, evidentemente, com andamentos diferenciados da temporalidade: o processo dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa surge mais cedo do que a formação do império ultramarino francês. E por isso se compreende que os primórdios da ciência moderna muito deva ao contributo português dado no século XVI. São bem conhecidos os contributos de homens de ciência como Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo de situ orbis*), Garcia da Orta (*Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*), Pedro Nunes (*Tratado da Esfera*), D. João de Castro (*Roteiros e Tábuas*), etc., mas também muito se deve ao pragmatismo de homens do mar (nomeadamente, pilotos, como o do *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*) e a viajantes curiosos e intrépidos.

No dealbar dos tempos da ciência moderna importava arrumar no armário os velhos mitos e lendas da Antiguidade ou fechar a porta do imaginário fantástico do período medieval. E se tudo isso ressurgirá mesmo que negado (o inconsciente não é controlável como se pode julgar), a verdade é que a tendência será para uma outra percepção do

¹ Cf. João Carlos Firmino Andrade de Carvalho, “O Brasil francês e o Brasil português no século XVI: ficção e realidade histórica”, in Ana Alexandra Carvalho e João Carlos Carvalho, *Aventuras d’ Escritas – Estudos de Poética e Retórica* (Lisboa: Edições Colibri / C.E.L.L. – Universidade do Algarve, 2004), pp. 295-300.

mundo e das coisas que afirmará o primado da verdade experiencial. Um caso interessante é o que nos é dado pelos Relatos de Naufrágios que compõem a *História Trágico-Marítima*. Como defende Giulia Lanciani², a matriz medieval fantástica de tais Relatos sofrerá uma adaptação ao real experiencial no século XVI para, mais tarde (finais do século XVII), regressar a tal matriz. E este regresso do gosto pelo fantástico, pelo monstruoso, pelo onírico, à medida em que avançamos no tempo (já no século XVII e, depois, no século XVIII), sendo extensível a outros tipos de texto, é perfeitamente compreensível em outros contextos epocais sedentos de imaginação (mas agora já como tópico assumidamente ficcional, literário). Concomitante e paradoxalmente, assistiremos a um prolongamento da visão depreciativa da imaginação, sobretudo neste âmbito da literatura de viagens.

Antes de deixarmos este exemplo dos Relatos de Naufrágios importa dizer que se muitos deles têm uma fraca consistência narrativa e literária, outros há que revelam autores cultos que dominam perfeitamente a tradição, digamos, literária (Poética e Retórica), patente na arte e técnica da escrita de narrativas de viagem.

Escrita da verdade (experiencial, factual) e escrita da ficção (universos construídos, mundos alternativos) requerem, adaptadas a cada caso, formas de persuasão, de verosimilhança, de credibilidade, junto do leitor: no primeiro caso afirmando a estratégia realista ou experiencial ou acontecimental; no segundo caso, afirmando uma lógica convincente mesmo que o leitor suspeite ou saiba que está noutro universo (ainda que realisticamente construído).

Nos casos em que se acentua a *literariedade*, importa distinguir o plano dos textos que integram o cânone da poética clássica do plano dos textos que se situam à margem do referido cânone (pelo menos numa primeira fase), abrindo-lhe outros caminhos. Vamos a dois exemplos ilustrativos de cada um desses planos. O primeiro é Camões e o segundo Fernão Mendes Pinto.

² Giulia Lanciani, *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979).

*Os Lusíadas*³ (1572) é uma *epopeia de imitação*, na medida em que se baseia nos modelos greco-latinos homérico e, sobretudo, virgiliano, mas é também uma *epopeia de superação* de tais modelos, na medida em que afirma a superioridade da nova epopeia lusa da lavra do novo grande Poeta (o próprio Camões). Tal afirmação de superioridade passa, entre outras coisas, pelo facto d' *Os Lusíadas* cantarem / contarem a história verídica de Portugal e dos Portugueses (individual e colectivamente considerados). Não é pelo lado ficcional, mas pelo lado histórico que a persuasão tem efeito (nos destinatários coevos e vindouros). Os feitos gloriosos são verdadeiros e não fantásticos (*Canto I, estância II*), os acontecimentos são experienciados, claramente vistos ("E tudo sem mentir, puras verdades.", *Canto V, estância 23*). Evidentemente, isto não faz d' *Os Lusíadas* uma obra historiográfica (embora Camões tenha consultado tal tipo de fontes). O plano do sobrenatural, do mitológico e do ficcional, lendário, está lá bem patente. Só que, como afirma Vitalina Leal de Matos⁴, os dois planos não se misturam. Excepto, naturalmente, em casos como o da Ilha dos Amores e no da Contemplação da Máquina do Mundo, uma e outra oferecidas aos Portugueses pelos Deuses e pelo Poeta. Mas isso já tem a ver com a decepção que a imagem ideal de heroísmo sofre aos olhos do Poeta quando confrontada com a dura realidade de um povo adiado. Daí a Epopeia converter-se em Poema didáctico-pedagógico (exemplo do que pode / deve ser um herói para os Portugueses do futuro, as gerações vindouras).

Deste modo, Camões parece infringir a rígida separação aristotélica entre *história* (o que aconteceu) e *poesia* (o que poderia ter acontecido, verosimilmente). Mas, como se disse atrás, não o faz na maior parte da sua epopeia (planos paralelos), antes surgem em momentos-chave que assumem uma significação essencial na economia da obra.

Mas é inegável o peso da verdade experienciada, da verdade factual, na epopeia camonianiana. E tal verdade é um trunfo persuasivo, ao qual se junta um trunfo persuasivo da ficção poética.

³ Luís de Camões, *Os Lusíadas* (Porto: Porto Editora, 1978).

⁴ Maria Vitalina Leal de Matos, *Introdução à poesia de Luís de Camões* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980).

Com a *Peregrinação*⁵ (1614) de Fernão Mendes Pinto podemos dizer que já estamos *fora* do âmbito das Poéticas clássicas e, no entanto (como se verá adiante), ainda *dentro* da sua alçada. *Fora*, porque os géneros nelas previstos são outros que não o da *narrativa autobiográfica romanceada*. E muitas vezes se esquece o contributo deste autor para a construção do romance moderno, género que, evidentemente, só atingirá a maturidade a partir do século XVIII. Com a *Peregrinação* estamos, portanto, perante um outro género, um outro tratamento da problemática do heroísmo (não propriamente como reverso d' *Os Lusíadas*, como erroneamente por vezes se afirma, mas como complemento diferenciado da crítica ao heroísmo e à política imperial) e um outro tratamento do modo de representação. De facto, na *Peregrinação* assiste-se à mistura explícita (intencional) dos dois planos de que falávamos atrás: o plano do real, do experienciado, do acontecimental, e o plano da ficção, da recriação memorialística, da imaginação. E é isto que ditou a sorte, para o mal e para o bem, a esta obra; ou, dito de outro modo, que ditou as desencontradas hermenêuticas e recepções que dela se fizeram ao longo dos tempos. Não sendo Crónica nem sendo literatura nobre para os padrões da Poética da época (nem o seu autor um erudito humanista, um reconhecido poeta / escritor ou mesmo um homem de cultura como Camões o era), cedo esta singular narrativa de viagens pelo Oriente, Ásia e Extremo Oriente ganhou a fama de logro, de falha em credibilidade / verosimilhança e o seu autor ganhou a fama de mentiroso. Isto porque a sua leitura / recepção / interpretação partia justamente do pressuposto de que este não era um texto de natureza literária. Só muito mais tarde, o século XX o recuperou para o seio do cânone literário, fruto de um olhar específico, de uma postura hermenêutica que não importa aqui desenvolver. Mas o facto de, após a sua publicação em 1614, as suas várias reedições e traduções mostrarem ser este um texto assaz lido e apreciado (e, simultaneamente, sempre criticado), talvez tenha a ver com o gosto do público leitor pela aventura, pelo exotismo, pela indecidibilidade entre uma interpretação literal e uma interpretação literária, entre o

⁵ Fernam Mendez Pinto, *Peregrinaçam de...* (Maia: Castoliva Editora Lda., 1995).

realístico e o ficcionado, aspectos estes que resultam de uma escrita bem mais pensada do que se poderia supor para o “pobre de mim”, de uma complexa montagem estilística (Óscar Lopes), de uma organização estrutural sofisticada, como o demonstraram alguns dos seus maiores estudiosos⁶. Os numerosos *efeitos de real* (R. Barthes), de provas acontecimentais / factuais, ombreiam com as passagens fantásticas, com os delírios da imaginação (re)criadora do real, com os universos alternativos / oníricos. E, por isto mesmo, percebe-se o constante receio do seu autor-narrador e personagem em não ser levado a sério, credível. Por isso dissemos atrás que a *Peregrinação* não escapava ainda à alçada das Poéticas clássicas: o peso da *regra da verosimilhança* não deixará de se fazer sentir. A recepção / interpretação funciona aqui como limite mal definido da escrita ficcional: daí o recurso à *escrita do essencial* (Luís Filipe Barreto), aos *exotemas positivos e negativos* (Michel Korinman) e ao *tópico da indecidibilidade* (Curtius)⁷. De repente, a escrita, a linguagem, o discurso, ultrapassam certos limites, criando monstros como o “caquesseitão” (*op.cit.*, capítulo XIV, fol. 14 e 14 v.), os homens selvagens (capítulo LXXIII, fols. 81, 81 v. e 82), as figurações fantásticas chinesas (capítulo CIX, fol. 128 v. – capítulo CX, fol. 130 v.), etc. Mas a interpretação é feita por quem lê e Fernão Mendes Pinto sabe bem que há leitores de espírito aberto à imaginação e leitores mais cépticos ou menos dados às experiências de *outramento*. Daí o perigoso equilibrismo da sua escrita, sempre balizada pela dialéctica do Mesmo e do Outro.

A fama do mentiroso Fernão Mendes afirma-o, portanto, paradoxalmente, como escritor de ficção, precisamente por aqueles que sempre insistiram em lê-lo de forma mais literal. E é curioso que o autor e a obra surjam como tópico literário para designar o traço fundamental da literariedade – o fingimento.

⁶ Cf., por exemplo, João David Pinto-Correia, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto – Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária* (Lisboa: Edições Duarte Reis, 2002).

⁷ Cf. João Carlos Firmino Andrade de Carvalho, *Ciência e Alteridade na Literatura de Viagens – Estudo de processos retóricos e hermenêuticos* (Lisboa: Edições Colibri, 2003), pp. 132-134.

No século XVII, Tomé Pinheiro da Veiga, na sua *Fastigímia*⁸, uma paródia do romance de cavalaria e da própria literatura, refere-se à obra de Mendes Pinto como exemplo da obra a que falta verdade, para assim a distinguir da sua. Claro está que estamos aqui em pleno jogo literário intertextual.

O século XVIII jogará este jogo igualmente. Veja-se, entre nós, certa literatura de cordel, em boa hora desenterrada dos arquivos bibliotecários por João Palma-Ferreira⁹, que surge como paródia da própria literatura de viagens, como é o caso do planfeto anónimo que parece parodizar certos contos *à la Voltaire*.¹⁰ E, já agora, no limite, talvez valha a pena referir, para terminar, um divertido exemplo de paródia do romance, escrita no século XVIII pelo Padre Bougeant¹¹, o tal que escreveu um romance *contra os romances*, porque *não gostava* de tal género.

⁸ Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigímia...* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988).

⁹ João Palma Ferreira (Seleccção, prefácio, leitura e notas de...), *Naufrágios, Viagens, Fantasias & Batalhas* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980).

¹⁰ João Carlos Firmino Andrade de Carvalho, “Ciência e Alteridade num Folheto de Cordel do século XVIII”, in *Literatura de Viagem – Narrativa, História, Mito* (Lisboa: Edições Cosmos, 1997), pp. 99-105.

¹¹ Guillaume-Hyacinthe Bougeant, *Voyage merveilleux du Prince Fan-Férédin dans la Romancie, Contenant plusieurs observations historiques, géographiques, physiques, critiques et morales*, 1735.